



COGEMAS
MINAS GERAIS

CARTA DE CAXAMBU EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Os gestores, trabalhadores, conselheiros da Assistência Social, especialistas e universidades da região Sudeste, reunidos em Caxambu, Minas Gerais, nos dias 27 e 28 de abril de 2017, vem a público manifestar-se contra o desmonte da Seguridade Social, praticado em nome do ajuste fiscal, que penalizará, sobretudo, os trabalhadores (as), os mais vulneráveis, congelando os investimentos nas políticas públicas sociais por um período de 20 anos. A luta pela conquista de uma Constituição garantidora de direitos, em 1988, sofre hoje ataques que a desfigura, desmantelando o Sistema de Proteção Social duramente construído, com a efetiva participação da sociedade e que vem garantindo o direito da população às seguranças de acolhida, convívio e de renda.

Após a Constituição Cidadã de 1988, a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993, e a instituição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS 2005, a partir da aprovação da NOB/SUAS, estabeleceu-se as bases normativas, incorporadas para a consolidação do Sistema de Proteção Social, transformando a assistência social em política pública de direito dos cidadãos, em contraposição às práticas clientelistas, fragmentadas, pontuais e sem responsabilidade estatal.

Desde então, um forte investimento normativo, financeiro e técnico foi crucial para a construção do SUAS que organizou os serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda. Todo este arcabouço normativo foi construído de maneira coletiva, a partir das deliberações de conferências. Este legado foi incorporado à LOAS, com as alterações da Lei 12.435 de 2011, a chamada Lei do SUAS

Por isto, neste dia 28 de abril de 2017, reunidos neste grande encontro, vimos manifestar nossa veemente contraposição às reformas da previdência e trabalhista proposta pelo atual governo, conscientes de que ela impactará de forma muito significativa na Proteção Social aos brasileiros, da qual hoje podemos nos orgulhar, onde quase a totalidade de pessoas com deficiência tem acesso a renda, por meio da aposentadoria urbana, rural ou do Benefício de Prestação Continuada- BPC.

Aumentar o tempo de contribuição ao INSS, mudar as regras da aposentadoria rural e do BPC inviabilizará o acesso das pessoas mais vulneráveis à segurança de renda, hoje assegurada pela Seguridade Social brasileira.



COGEMAS
MINAS GERAIS

*Encontro Regional
do CONGEMAS
SUDESTE*



Caxambu / MG – 27 e 28 de Abril de 2017

Em um país tão desigual, como o nosso, estas reformas produzirá um aumento expressivo de pessoas em situação de vulnerabilidade, e uma ampliação da pobreza e da desigualdade social.

Por tudo isto, reafirmamos nossa defesa da Seguridade Social e do Sistema Único de Assistência Social em pleno funcionamento, a partir dos princípios da equidade, da participação democrática e universalização do acesso como direito conquistado de proteção social a todos os brasileiros.

POR NENHUM DIREITO A MENOS!!!